

PDS convoca reunião ampla para debater a dívida externa

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Presidente do PDS, Senador José Sarney, convocará o Diretório Nacional para discutir a questão da dívida externa e da crise econômica, no próximo dia 31, atendendo a solicitação do Senador Murilo Badaró (PDS-MG) e do Deputado Victor Faccioni (PDS-RS). Por sugestão do Senador Carlos Chiarelli (PDS-RS), a reunião se transformará numa assembleia partidária, da qual participarão também as bancadas do Senado e da Câmara e um representante de cada bancada estadual, além do próprio Diretório Nacional, do qual é membro do Ministro Delfim Netto.

Nessa assembleia informal, que deverá reunir cerca de 300 membros do PDS, a discussão principal recairá sobre o Decreto-Lei 2.045, que reduz os reajustes salariais. Ainda esta semana, o Ministro Delfim Netto deverá debater a medida com as bancadas da Câmara e do Senado, enquanto o grupo "Participação" ouve hoje, do Senador Chiarelli, uma exposição sobre a política salarial proposta pelo Governo.

No documento em que propõe a assembleia partidária, o Senador Chiarelli afirma: "Adotado sem aviso prévio, o decreto está longe de ter uma aceitação tranqüila, porque não foi antecedido de uma ampla tarefa esclarecedora de parte das autoridades econômicas que o julgam imprescindível".

Além do decreto, a reunião do PDS discutirá a dívida externa, o acordo com o FMI e as propostas de moratória negociada, que empolgam políticos como o Senador Murilo Badaró. A reforma tributária é outro tema proposto por Chiarelli.

DECURSO

O Senador José Sarney, bem como o Secretário-Geral Homero Santos, não descartaram ontem a hipótese de fechamento de questão para a aprovação do decreto, alegando

que essa iniciativa "não é da Executiva do partido, mas das lideranças partidárias". O Senador Aloysio Chaves, Líder do PDS, aguarda uma avaliação do Líder na Câmara, Nelson Marchezan, antes de se decidir a solicitar o fechamento de questão.

No interior da bancada, o pensamento dominante é de que o decreto passará mesmo por decurso de prazo, não tendo a Oposição condições de garantir a sua rejeição. Entretanto, começaram a surgir nomes do PDS dispostos a votar contra, como o Deputado Tarcísio Buriti, ex-Governador da Paraíba.

BRIZOLA

O Governador Leonel Brizola afirmou ontem que a união nacional para resolver a crise econômica só será possível "se for eleito um Governo legítimo, em torno do qual todos se unam para encontrar as saídas".

— O caminho para sair da crise é claro, e é o mesmo seguido por todas as famílias e pelas comunidades ao longo da História: todos se reúnem para discutir o que fazer. No caso do Brasil, o caminho é devolver ao povo o direito de decidir sobre o seu destino — acrescentou Brizola.

AURELIANO

Sobre o desempenho do Presidente em exercício Aureliano Chaves, o Governador disse:

— Não está surpreendendo a quem vem observando a sua conduta. É um homem austero, honrado e de princípios. Atua dentro dos limites que a ética lhe permite, sempre leal ao titular da Presidência.

Brizola também comentou a afirmação do General Golbery do Couto e Silva de que o Presidente Figueiredo não tem mais condições para governar o País:

— Ninguém o tomou muito a sério.

Oposição e juristas estudam ação contra acordo com FMI

BRASÍLIA (O GLOBO) — Os Presidentes de todos os partidos de oposição — e respectivos líderes no Congresso — reúnem-se hoje, às 11 horas, com um grupo de juristas e representantes de entidades da sociedade civil para discutir as medidas judiciais cabíveis para tentar embargar o acordo do Governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Participam da reunião, entre outros, Ulysses Guimarães, Ivete Vargas, Doutel de Andrade, Luiz Inácio Lula da Silva, Raymundo Faoro, Dalmo Dallari, Marota Rangel, José Affonso e Sérgio Ferraz, e também os representantes da comissão interpartidária que redigiu o documento

enviado ao Presidente da Câmara, solicitando a audiência do Congresso sobre esse acordo: Bete Mendes (PT), Pimenta da Veiga (PMDB), Hermes Zanetti (PMDB), Roberto Fefferson (PTB) e Jacques Dornelles (PDT).

O mais provável é que os participantes da reunião, que será realizada no gabinete do Deputado Ulysses Guimarães, no Anexo IV da Câmara, entrem com um mandado de segurança contra o acordo com o FMI. Se isso ocorrer o próprio Presidente do PMDB já se apresentou como voluntário para defender o pedido junto ao Supremo Tribunal Federal, na condição de parlamentar e não de dirigente partidário.